



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

### ATA Nº. 232

-----Ao segundo dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária pública, pelas vinte e uma horas, no Centro Autárquico de Quarteira, o Presidente - Telmo Manuel Machado Pinto, o secretário - Eduardo Manuel Graça Amador, a tesoureira – Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel, o Vogal – Paulo Alexandre Francisco Alferes, a Vogal - Cláudia Gonçalves Martins e a Vogal - Natália Marina Cova Duarte. O Vogal Jorge Ilhéu Bica esteve ausente. -----

Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto Um - Análise de Procedimentos administrativos ao abrigo do C.C.P. (Código dos Contratos Públicos).**-----

**Ponto Dois – Análise e aprovação de Trabalho Suplementar.**-----

**Ponto Três – Análise e apreciação de pedido de marcação/alteração de férias.**-----

**Ponto Um – O Executivo da JFQ deliberou por unanimidade:**-----

**Ponto 1.1 – Aprovar a informação 54/2025 referente ao procedimento nº180/2023 – “Contratação de serviços de saneamento e limpeza em áreas urbanas e serviços conexos” e proceder à aprovação da minuta de contrato para a modificação contratual solicitada pelo gestor de contrato, com reforço no montante de 72.274,50€ (setenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos) + IVA.**-----

**Ponto 1.2 – Aprovar a ficha para início de procedimento de “Trabalhos de conservação das estradas de acesso às praias do Trafal, Almargem e Forte Novo”.**-----

**Ponto 1.3 – Aprovar a informação nº 56/2025 e dar autorização para início do procedimento de consulta prévia nº 02/2025/Empreitada – Trabalhos de conservação das estradas de acesso às praias do Trafal, Almargem e Forte Novo no valor 28.000,00€ (vinte oito mil euros) + IVA. A informação de início de procedimento em anexo a esta ATA inclui a nomeação do gestor de contrato.**-----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

**Ponto 1.4** – Convidar para o ajuste direto nº 02/2025/Empreitada – Trabalhos de conservação das estradas de acesso às praias do Trafal, Almargem e Forte Novo a empresa Mateus Brito Construções, Lda, NIF: 509369774 pelo valor base de 28.000,00€ (vinte oito mil euros) +IVA.-----

**Ponto 1.5** – Adjudicar, com base no relatório final de análise de propostas, o Lote 1 – “Renovação de licenças de antivírus” à empresa “Algardata, S.A.”, NIF: 502420227, pelo valor de 3.311,90€ (três mil, trezentos e onze euros e noventa cêntimos) + IVA.-----

**Ponto 1.6** – Adjudicar, com base no relatório final de análise de propostas, o Lote 2 – “Renovação de licenças para sistemas de gestão de filas de espera” à empresa “Algardata, S.A.”, NIF: 502420227, pelo valor de 1.739,12€ (mil, setecentos e trinta e nove euros e doze cêntimos) + IVA.-----

**Ponto 1.7** – Adjudicar o Lote 3 – “Renovação de licenças de Microsoft office 365” à empresa “Rumos Consulting S.A.”, NIF: 500366039, pelo valor de 6.626,88€ (seis mil, seiscentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos) + IVA.-----

**Ponto Dois** – O Executivo da JFQ deliberou, por unanimidade, deferir a realização de trabalho suplementar do mês de março dos funcionários Célia Rodrigues (técnica superior), Filipa Brás (técnica superior), Ana Marques (técnica superior), Cláudia Henriques (técnica superior), Joaquim Leonardo (assistente técnico) e do mês de abril dos funcionários Vanda Barrancos (assistente técnica), Joseph Ferreira (assistente operacional), João Cameirão (assistente operacional), André Silva (assistente operacional), Mário Mourão (assistente operacional), Joaquim Oliveira (assistente operacional), Joaquim Leonardo (assistente técnico), Júlio Belchior (assistente operacional), Rita Cavaco (técnica superior). -----

**Ponto Três** – O Executivo da JFQ deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de marcação de férias dos funcionários Susana Jerónimo (assistente técnica), Filomena Matos (técnica superior), Francisco Sobreira (assistente operacional), Júlio Belchior



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Aguiar

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

(assistente operacional), Adelino Medeiros (assistente operacional), Vanda Barrancos (assistente técnica), deferir o pedido de alteração de férias dos funcionários Célia Cardoso (assistente técnica), Susana Jerónimo (assistente técnica), Belinda Policarpo (assistente técnica), Anastasiya Bandurka (assistente técnica) e ratificar o pedido da funcionária Tânia Gordinho (técnica superior).-----

*Período de intervenção do Público:*-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto** dá início ao período de intervenção do público. -----

**Senhora Daniela Gama, membro do público**, Olá. No início do ano de dois mil e vinte e um, foi publicado um vídeo pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Vitor Aleixo e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Eng.º Telmo Pinto, no qual ambos apresentam, de forma abstrata, um projeto de criação de uma reserva natural que englobaria a Lagoa do Almargem e a Lagoa do Trafal. Neste vídeo, é demonstrada grande preocupação com a preservação da paisagem destas lagoas, com a biodiversidade local, com os valores ambientais da área e com a importância do equilíbrio entre o ser humano e a natureza. O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vitor Aleixo declarou tratar-se de um grande desafio, provavelmente devido ao facto de os proprietários da área possuírem interesses que não se alinham com os valores defendidos pela maioria da população e pelas autarquias locais, nomeadamente a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Quarteira. A proposta apela a uma nova abordagem, em que se rejeita a exploração de terrenos esgotados e se valoriza o vasto património natural e cultural existente, cuja importância científica e simbólica é amplamente reconhecida. Contudo, à data da publicação do vídeo, os únicos estudos apresentados eram, em parte, da autoria da Associação Almargem.-----

A partir do ano de dois mil e vinte e dois, surgem vários acontecimentos que colocam em causa o alinhamento entre o discurso inicial e as ações posteriores. Nesse ano, a



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

zona final de acesso ao mar foi esburacada de forma a impedir o acesso da população. Embora alguns dos buracos tenham sido tapados no verão, outros permaneceram. Em dois mil e vinte e três, os baldes do lixo existentes foram retirados, o que levou residentes e visitantes a criarem soluções improvisadas no pinhal, colocando rolos de papel higiénico, pás e até espelhos para garantir algum nível de higiene. Em dois mil e vinte e quatro, foi oficializado o estatuto de reserva natural local da área. No entanto, em dois mil e vinte e cinco, o acesso foi novamente bloqueado com portões de madeira e videovigilância, sem qualquer aviso prévio aos moradores e comerciantes locais. Uma grua de grandes dimensões foi instalada na área, com um peso excessivo para um terreno considerado frágil, e supostamente foram abatidas, supostamente, vinte e três árvores. -----

Diante disto, surgem diversas questões por parte da população. Quem está a contabilizar o número de árvores abatidas? É possível confirmar oficialmente que foram realmente vinte e três as árvores abatidas, e garantir que mais nenhuma será cortada? Onde e quando serão plantados os alegados cento e trinta e três sobreiros? Para além da Associação Almargem, que outras entidades científicas ou ambientais realizaram estudos sobre o impacto na biodiversidade animal e natural desta zona? Por que razão toda a área envolvente foi classificada como área de reserva natural, à exceção do local atualmente em obras? Por que não foi realizado um estudo de impacto ambiental após a atribuição do estatuto de reserva natural? Porque é que durante anos se alertou para os perigos da circulação automóvel nesta zona, e agora se está a construir um parque de estacionamento com capacidade para trezentos veículos, mesmo junto à praia e sobre uma estrada que já se encontra bastante danificada, já para não falar sobre o impacto ambiental que irá ter? Que fundamentos levaram à decisão de construir esse parque de estacionamento dentro da área protegida? Se o argumento é que o parque ajuda a reduzir a poluição, por que razão nunca foram colocados cartazes de



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

sensibilização ambiental, ou instalados mais caixotes de lixo, já que neste momento existe apenas um no estacionamento do Trafal? Por que razão foram retirados os contentores de lixo que existiam no pinhal? E por que motivo houve tanta resistência ambiental relativamente à construção do empreendimento Quinta do Oceano — projeto que acabou suspenso em dois mil e dezanove — quando essa construção se localizava fora da zona classificada como protegida, mesmo que adjacente, e essa resistência foi, inclusive, apoiada pela Associação Almargem?-----

Para além do Senhor Rui Barros, que vangloria controlar trinta e cinco por cento do terreno, a população quarteirense tem o direito de saber quem são os restantes proprietários, investidores e promotores envolvidos neste projeto. O restaurante e o parque de estacionamento fazem parte do mesmo projeto do suposto eco-hotel? Já existe licenciamento para este eco-hotel? Se sim, onde será construído e em que data se prevê o início das obras? Por que não foi considerado o reaproveitamento do parque de campismo abandonado, que se encontra nas imediações da reserva natural e que apresenta as infraestruturas adequadas para o mesmo propósito? -----

Quarteira não dispõe de espaços verdes e sombra durante o verão. Até os parques infantis estão expostos diretamente ao sol. E agora, perante este cenário, assiste-se à destruição de mais áreas naturais. Quais são os verdadeiros planos para o futuro desta zona? Onde estão os limites? Estará o turismo a ser priorizado em detrimento da qualidade de vida de quem vive aqui todo o ano? Como é possível justificar a aprovação de construções tão próximas da praia quando existem alertas oficiais sobre o risco de tsunami em várias zonas costeiras? Serão essas placas apenas decorativas ou são ameaças reais? E, se forem reais, por que razão há tanto interesse económico nesta área? Parece existir um sistema de dois pesos e duas medidas: a cidadãos com terrenos rústicos é negado o direito de construir, enquanto a promotores imobiliários é permitida



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

a destruição de habitats naturais, o abate de árvores e a instalação de estruturas pesadas, contrariando os valores que se dizia defender. -----

Importa referir que este projeto não foi autorizado pela população, ainda que esta não detenha poder formal de decisão. Somos quase três mil pessoas que já assinámos uma petição contra esta intervenção. As nossas vozes serão ouvidas ou ignoradas em favor dos interesses dos construtores? Como se espera que a população confie nesta administração, se a sua voz é sistematicamente desvalorizada? Obrigada. -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Bom, muitas destas questões ou menções aqui das pessoas que se referem ao mesmo processo. Em primeiro lugar, é falar com uma pessoa que concorda convosco. Respondendo a uma pergunta que têm aqui — e isto sem estar a defender ninguém —, estes processos de licenciamento envolvem entidades que licenciam e que são consultadas com os seus pareceres: a CCDR, a APA, e a Câmara Municipal, que licencia todo este processo. Tudo o que ali está feito — e que me foi informado — está dentro dos parâmetros da lei, ou seja, do POC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira). E não estou a defender o processo, estou a constatar aquilo que se passa. O POC, no Algarve, permite uma quantidade de construções, desde que sejam feitas de maneira a influenciar negativamente o mínimo possível o território. Também podem existir ações compensatórias pelas influências negativas que essas construções possam ter. Mas prevê-se que se possam construir apoios de praia, casas de banho, para prestação de serviços. Este é, salvo erro, dos últimos POCs, e vai daqui até Vila Real. Este está consolidado, ou seja, os direitos, mesmo antes da criação da reserva natural local, já estavam estabelecidos. E atenção: é um terreno privado. Não vos consigo dizer todos os terrenos privados que existem ali — são vários — e tem sido um trabalho feito pela Câmara Municipal por causa da reserva natural local. Por exemplo, mesmo o espelho de água, a zona de água, é uma zona que, em grande parte, é privada. Claro que não podem



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

fazer ali o que quiserem. Esta construção está dentro do que é permitido. Isto não justifica tudo aquilo que queremos para o território.-----

Quem comprou o restaurante foi outro promotor. O Senhor Rui Barros comprou o loteamento que vai desde o terreno da Fonte Santa — é um loteamento grande, que estava nas mãos dos bancos —, e ele comprou aquilo, que vai desde um terreno junto à Fonte Santa do lado oposto da estrada, que tem uma quantidade de lotes logo a seguir, atrás do Marunfo, por aí fora, que passa pelo tal lote de que se fala, onde poderá existir um hotel, e não é um mega hotel, é um lote pequeno, junto a habitações, que fica atrás, não influenciando o terreno. E isso é o que está previsto. Não existe, neste momento, nenhum pedido ou sequer intenção formal de construir esse hotel. Não há nada em cima da mesa. Quando se fazem desenhos, é utopia. Ninguém consegue perceber os índices que aquilo vai ter. Quando vejo um desenho enorme, que parece ocupar o equivalente a um prédio, ninguém pode permitir que isso aconteça. -----

Um processo destes, licenciado e aprovado pela Câmara Municipal, tem a fiscalização da própria Câmara. E, se for preciso, tem a fiscalização da APA e da CCDR. Se fizermos queixa, essas entidades deslocam-se ao local para garantir que tudo o que está previsto no processo de licenciamento — não só a construção, mas também outras exigências — seja cumprido. A câmara irá ao local no final, durante a obra, sempre que tiver de o fazer, porque são os fiscais da câmara que asseguram esse trabalho. É preciso verificar se tudo está a ser feito conforme o projeto, independentemente de ser a construção, a plantação de arbustos ou árvores, o corte de árvores, a limpeza dos terrenos ou dos arbustos invasivos que lá estão (porque há, de facto, plantas invasivas). Esse trabalho ficou a cargo da empresa responsável, o que significa que há uma série de obrigações legais a cumprir. -----

Quando se equacionava um parque de campismo para aquela área, e isto as pessoas nem imaginam — o que vou dizer é quase inacreditável —, o índice de construção era



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

de zero vírgula sete. Isso é algo do outro mundo. Só nos centros urbanos é que se admite um índice de construção de zero vírgula sete. É uma loucura. Significa que, se eu tiver mil metros quadrados, posso construir setecentos metros quadrados. Não fazia sentido nenhum. Por isso, fui daqueles que apoiou a proposta da câmara, que sugeri um índice de zero vírgula dois, que é o mesmo que temos no lado oposto da Ribeira do Almargem. Há aqui muito trabalho feito. E, por acaso, foi o Presidente Vitor Aleixo que incentivou a criação da reserva natural local. Já é a terceira ou quarta criada no concelho. Penso que são três: a Nave do Barão, esta, e há outra que está a ser pensada, não sei bem onde, mas posso verificar. Há um verdadeiro interesse em preservar o ambiente e o território. Significa que há uma quantidade de elementos legais em vigor. Quando se fala que a construção vai ser ecológica, será feita em madeira, não vai impermeabilizar o solo — que é um dos grandes problemas. Informe-me com detalhe e sei que a pavimentação do estacionamento não será feita com materiais impermeáveis, será em terra ou materiais permeáveis.-----

Sobre os caixotes do lixo e a consciencialização ambiental, o João faz parte da equipa da reserva natural local. Está a ser feito um trabalho conjunto, com restrição máxima ao que se pode fazer naquela zona. Existe um uso abusivo de carros e caravanas — como sabem — e, muitas vezes, isso inviabiliza o uso correto da área. -----

Não sei se já repararam, mas aquelas estruturas de betão que lá estão foram feitas porque já era um perigo: os carros e caravanas encostavam-se às ribas. O que é que isto significa? Que esse impacto negativo provocado pela sociedade levou a Câmara Municipal a tomar medidas. Lembro-me que os bombeiros aconselharam a não inviabilizar totalmente o acesso, pois, em caso de incêndio, teriam pouca capacidade de intervenção. Não me lembro das valas, precisamente por causa dessa passagem. Houve uma altura em que disse: “Cortem a passagem, isto é um exagero”.-----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

O que acontece ali é que há uma série de situações em que as pessoas se habituaram a fazer campismo, churrascadas, e isso coloca em risco várias coisas. A Câmara fazia a limpeza daquele espaço, mas as pessoas não têm consciência da sua utilização. Mesmo no outro dia, numa reunião sobre a reserva natural local — onde participam várias pessoas, proprietários, moradores, entidades — estávamos a discutir isso. É um grupo vasto. Uma das coisas que eu disse foi que, sem uma fiscalização apertada, as pessoas não têm consciência. O lixo era espalhado por todo o lado. Aquela área era da responsabilidade da Câmara, no que toca à limpeza, e nós intervínhamos em caso de necessidade. Mas não vamos continuar a fazê-lo. Acho que houve uma altura em que se decidiu: não se pode continuar a permitir que as pessoas estejam ali e deixem lixo. As pessoas têm de ser responsáveis. Já nem colocavam o lixo nos caixotes, que estavam todos partidos — era lixo no chão, e tornou-se insuportável de gerir. Posso justificar, mais concretamente, o que poderá ter acontecido. -----

É isto que se tem passado ali. Neste momento, a informação que tenho é precisamente a mesma que vocês. Sei que houve essa intenção, conheço o projeto, mas não sabia os números nem os pormenores (como devem perceber, nem todos os projetos passam por nós). Por exemplo, o McDonald's acabou de fazer uma obra aqui, dentro do centro urbano e cortou cerca de dez ou quinze árvores. Fui o primeiro a chegar lá, chamei toda a fiscalização, chamei toda a gente. Disseram-me que estava licenciado, que iam cumprir com todas as exigências. E percebi que, como estavam a fazer uma cave e um estacionamento, as árvores não poderiam resistir. -----

Se me perguntarem, no futuro devemos ter em conta o seguinte: "Cortar uma árvore com dez ou vinte anos não é o mesmo que plantar uma árvore com dois palmos." São pormenores que podemos acrescentar e devemos participar nisso.-----

Neste momento, o que está ali não é um hotel. O que está feito está previsto no POC. Houve pareceres da APA, da CCDR, do aeroporto. O problema é que não há estudos.



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Não devemos cair na ideia de que existe aqui uma máfia. Não é bem assim. Defendemos todos o território. Eu tomei banho naquela lagoa. Não quero exageros aqui.-----

Podemos sair daqui com uma série de ideias — e acho que é importante — e devemos participar nisto. A reserva natural local impõe restrições à utilização. Saímos daqui com ideias, mas há coisas que a lei não contempla. Não obriga a fazer estudos de impacto ambiental em todos os casos. Obriga quando é necessário, e muitas vezes as pessoas não sabem disso. Ali já não é possível construir mais nada. Só aquele projeto que estava previsto no POC. Esta é a realidade atual.-----

No caso do tsunami, a Câmara Municipal quis criar sinalização para sensibilizar para o tema.-----

Se a Câmara sentir que existe necessidade de fazer alguma fiscalização durante uma obra, será feita a referida fiscalização. E somente é concedido o licenciamento enquanto não estiverem as plantas todas lá.-----

Se houver mais alguma pergunta, posso responder.-----

**Senhora Daniela Gama, membro do público:** Em relação aquela área que já foi destruída, não foram apenas vinte e três árvores, já explicou que vai se vai informar sobre isso, no entanto, o que é que acontece às quase três mil assinaturas que nós temos em petição em relação a este projecto, sabendo que quase três mil pessoas assinaram esta petição que são contra este projeto andar para a frente o que acontece nesta situação?-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Neste momento, não acontece nada. Se existe uma petição que vocês fizeram com algum sentido, se calhar é apresentá-la na Câmara Municipal de Loulé, que é a entidade licenciadora, e depois perceber que três mil assinatura não quer dizer que vá acontecer algo de imediato. O que acontece com três mil assinaturas é que significa que, pelo menos, três mil pessoas estão descontentes com aquilo que está lá feito.-----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Neste momento, constatámos que o que lá está feito está legal, e agora é perceber se essas três mil pessoas estão dispostas a lutar por mais, com outras ideias, para que, se amanhã acontecer uma situação semelhante, não seja limitativo como foi até aqui, mas que vá mais além. -----

É isso que eu acho que podem fazer com as três mil assinaturas: amanhã, numa reunião de Câmara, ou numa reunião da assembleia, ou marcando uma reunião com o Presidente, manifestando o vosso descontentamento e dizer que querem contribuir para melhorar tudo aquilo que está a ser feito — e até melhorar através desta comissão que faz parte da reserva natural local —, dando o vosso feedback sobre situações que gostariam que estivessem incluídas. -----

**Senhor João Martins, membro do público** – Boa noite a todos os presentes, sou residente em Loulé, no concelho, e assinei a petição. Não sei quem é o promotor da petição e também vim aqui à manifestação que foi convocada. Estou aqui com um cartaz que diz: “Aleixo e Pinto, tenham vergonha”, porque eu penso que a situação que estamos aqui a analisar agora não tem nada que justifique aquilo que está ali. Nada! Portanto, é completamente vergonhoso o Dr. Vitor Aleixo, que devia estar aqui presente para ouvir as pessoas. Isto não pode ser uma participação mitigada, porque temos três mil pessoas — as pessoas manifestaram-se — e agora o que é que há a fazer? Não há nada a fazer? Paciência, aguentem-se? Isso não me parece ser uma boa forma de fazer gestão pública. -----

Vim mostrar a minha indignação. Porquê? Porque o Dr. Vitor Aleixo tem no seu programa político — e fez disso bandeira — a questão do ambiente e do combate às alterações climáticas. Esse tema é nuclear nos mandatos do Dr. Vitor Aleixo. Fez um Carnaval em Loulé com os ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — e, portanto, pareceu haver grande empenho em sensibilizar os cidadãos de forma mais



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretário</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel	
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins	<b>Vogal</b> Natália Duarte

alargada. Encheu a cidade de Loulé com bandeirinhas dos ODS: em cada poste da Avenida da República há um ODS, como sabem. -----

Há aqui uma espécie de bipolaridade política, em que, por um lado, há um discurso muito bonito e, por outro, uma prática completamente contrária a esse discurso. -----

Pergunto: aquele empreendimento que está agora a nascer, a trinta ou quarenta metros da água do mar, que subiu (de forma que deixou toda a gente embasbacada já duas ou três vezes nos últimos tempos), vai exigir investimento público dos cidadãos para repor a areia. Penso que os cidadãos estarão dispostos a fazer esse sacrifício. É de ficar completamente estupefacto ao ver, em cima da areia, aquilo que está a ser construído. Isto não cabe na cabeça de ninguém. Pode haver justificações legalistas, mas isso é tomar os cidadãos por parvos — peço imensa desculpa. Pergunto: aquelas infraestruturas estão ali para quê? Quando a água do mar subir, sob influência das alterações climáticas — que tanto preocupam o Dr. Vitor Aleixo, que traz especialistas de nível internacional à Câmara Municipal de Loulé para sensibilizar as pessoas, especialistas premiados na área ambiental —, como é que aquilo é possível? Pergunto eu: como é possível, no século XXI, sabendo-se o que se sabe sobre as alterações climáticas — o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas já detetou isso há muito tempo... Já vamos no Acordo de Paris, deve ser já o quinquagésimo encontro —, e as emissões de carbono continuam a subir, a água do mar continua a subir, e aqui, na costa de Quarteira, e estamos a construir em cima da água? Isto não bate certo — peço imensa desculpa. -----

Do meu ponto de vista, é preciso ouvir os cidadãos. Três mil não são assim tão poucos. Abrir os ouvidos, escutar mais do que querer manipular os cidadãos, colocar um caixote do lixo aqui, um apoiozinho de praia ali, e parar uma obra. -----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

O Dr. Vitor Aleixo encontrou motivos ambientais para impedir um centro oncológico que era de interesse público — invocou razões ambientais no parecer do urbanismo da Câmara, e esse documento está assinado, com invocação de reserva.-----

Não vale a pena insistir. Há aqui duplicidade: então o centro oncológico, que é de interesse público, é impedido por razões ambientais, mas constroem-se hotéis em cima da costa e já não há problema nenhum? Não digo mais nada. Isto é uma grande insanidade mental. É uma injunção paradoxal de tal ordem que põe todos os cidadãos com o mínimo de consciência ambiental malucos. Como é que o discurso é um, e a prática completamente contrária ao discurso. Portanto, vou passar a palavra a mais alguém, para também mostrar a minha indignação e perguntar ao Dr. Telmo Pinto, em conjunto com o Dr. Vitor Aleixo, o que é que a Câmara pode fazer para travar aquele atentado ambiental que está a ser cometido na costa da junta de freguesia de Quarteira.

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Obrigado, João. Muitos de vocês podem achar que ele me chama à atenção, mas eu sei que ele tem um fundo importante, porque o João é a favor destas causas — como todos nós — mas manifesta-se de outra maneira.-----

O que quero dizer é que o centro oncológico não tem nada a ver com isto. Aquilo são direitos adquiridos. Não se travam assim, de um momento para o outro. Estamos no bom caminho, e eu fiz questão de dizer: são três mil assinaturas, o que dá até para se candidatar à Câmara Municipal. -----

Acho que é melhor construirmos esse pensamento: o que é que queremos melhorar? Quais são as nossas opiniões? E falar mesmo com o Dr. Vitor Aleixo. Nestes onze anos e meio, tenho tido grandes discussões com o Dr. Vitor Aleixo, e há coisas em que não concordamos mesmo. Mas, se há coisa pela qual ele tem lutado, é pelo ambiente. Todas estas iniciativas de que estamos aqui a falar foram tomadas por ele. -----



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretária</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel	
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins	<b>Vogal</b> Natália Duarte

Também acho que os ODS no Carnaval não fazem muito sentido, mas, depois de os termos, até são muito interessantes, porque a maior parte das coisas são coisas que nós já fazemos: lutar contra a pobreza, trabalhar em cooperação com entidades e com pessoas. Têm uma quantidade de princípios que é importante conhecermos e percebermos. O que se pretende é algo positivo. No Carnaval, se calhar não conseguimos transmitir um ODS como deve ser. -----

Mas o que está aqui em causa é percebermos o que está dentro da lei. Tudo bem! Agora: o que é que nós queremos fazer? O que é que podemos melhorar? Estas três mil pessoas contribuíram para isso. É importante marcar uma reunião, ir à reunião do Executivo da Câmara na próxima segunda-feira, e utilizar estas três mil assinaturas para pedir que possamos fundamentar, discutir e dar a nossa opinião sobre o assunto. -----

**Senhor Rogério Ferreira, membro do público:** Boa noite. Vou falar, em primeiro lugar, sobre a questão das praias e, depois, sobre a questão do Almargem. Até para dar uma explicação de quando é que começou esta situação do Almargem, que não começou em dois mil e vinte e um, mas já vem de há catorze anos. -----

A situação que está a acontecer nas praias. Eu estive numa reunião de Câmara na semana passada e tive oportunidade de expressar a minha opinião sobre o verdadeiro responsável pelo que aconteceu às praias e é, claramente, a APA e quem tutela a APA. Quando a situação aconteceu pela primeira vez, não permitiram que mais ninguém interviesse ali, o que fez com que se protelasse para mais tarde. E vêm depois dar uma conferência de imprensa, em Faro, a dizer que há quinze milhões e não sei quanto para se fazer um enchimento nas praias — mas vamos deixar primeiro a natureza fazer o seu trabalho. A responsabilidade é da APA e de quem tutela a APA, em relação a isso. -----

Há outra coisa: eu perguntei várias vezes — e normalmente as pessoas ficam um bocado reticentes, achando que não há problema nenhum —, mas eu continuo a achar que aquilo que se fez não foi licenciado pela Câmara Municipal, mas sim por outras



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

entidades. O aumento da Marina de Vilamoura tem impacto naquilo que está a acontecer lá em baixo. É escusado dizer que não tem impacto. Por acaso, alguém hoje, muito certamente, me chamou a atenção para o facto de a Praia da Falésia, neste momento, já ter mais areia. Porquê? Porque está do outro lado. E nós aqui ficamos tramados. Pronto, isto em relação à questão das praias. -----

Em relação à reserva natural municipal na foz do Almargem e do Trafal: fez precisamente no dia vinte e cinco de fevereiro deste ano, catorze anos que foi aprovada uma recomendação na Assembleia Municipal de Loulé, ainda sob a presidência do Doutor Seruca Emídio, para que se constituísse essa reserva natural. Aqueles que achavam que se deveria avançar com essa reserva natural apresentaram a proposta na Assembleia Municipal e foi aprovada por unanimidade. O facto é que, a partir daí, não se fez mais nada. Agora foi aprovado o regulamento — inclusive no ano passado, dois mil e vinte e quatro. E agora tenho um problema. Coloquei essa questão ao Dr. Vitor Aleixo na sessão de Câmara. Quando vi aquilo que estava a começar a surgir, perguntei-me imediatamente o que se estava ali a passar. Disseram-me que era um apoio de praia, que estava previsto no POC. Um apoio de praia, tudo bem. Mas depois vêm-me dizer que não! Já há uma edificação, que é um restaurante, e há um parque de estacionamento. Hoje, quando vi o comunicado da Câmara e a explicação que foi dada, quase que disseram que a construção do restaurante ficou condicionada à criação de um parque de estacionamento. Isto vai contra tudo aquilo que está em ata, que foi falado na Assembleia Municipal e também aqui nesta Assembleia de Freguesia de Quarteira, quando o vereador Carlos Carmo veio apresentar a proposta da reserva natural do Almargem, estando também presente o Dr. Vitor Aleixo. Foi dito claramente que a ideia não era construir nenhum parque de estacionamento naquela zona — nunca foi — mas sim construí-los mais atrás, na periferia. E depois até se colocou a hipótese de o transporte até à praia ser feito através de um comboio, de um autocarro elétrico,



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

algo do género. Era evidente que a zona passaria a ser pedonal, estritamente pedonal, e que só circulariam lá esses veículos, disponibilizados pela Câmara Municipal de Loulé. Até aí, tudo bem. Agora, quando se vai construir um parque de estacionamento ali — nem vou discutir o número de lugares: já ouvi falar em duzentos, em trezentos, em trezentos e cinquenta —, o problema é que aquilo deixará de ser só pedonal. Como eu disse ao Dr. Vitor Aleixo, em reunião de Câmara, os carros não vêm pelo ar. Temos veículos anfíbios, mas ainda não temos carros a voar. Portanto, o carácter pedonal foi descartado, e isto está em contradição com tudo o que foi afirmado nessa reunião, que está em ata da Assembleia Municipal no dia em que se aprovou a constituição da reserva natural e o respetivo regulamento — que, aliás, foi aprovado logo no mesmo dia, em continuação de uma Assembleia que tinha decorrido dias antes, onde o Presidente Telmo Pinto também esteve presente.-----

Ora bem, ainda há outra questão: a construção do tal restaurante está, com muita boa vontade minha, a cento e vinte ou cento e trinta metros da linha de água — se calhar nem isso. Mais interessante ainda: como vou quase todos os dias àquela zona, estava lá a ver as obras, eu, a minha esposa e mais algumas pessoas, e de repente um bocado da arriba desabou. Portanto, aquilo é uma zona preocupante, demasiado preocupante. Gostaria de saber o que é que diz o PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve) em relação ao distanciamento das linhas de água.-----

Há aqui um claro contrassenso face ao que se queria fazer e ao que foi aprovado na Assembleia Municipal, por unanimidade, exatamente tendo em conta essas explicações. Estou convencido de que, se se dissesse aos deputados municipais que se iria construir um parque de estacionamento e um restaurante naquele local, a história teria sido outra. Sinceramente, acho esta situação muito grave. Sou da opinião que apoio de praia não faz mal nenhum. O chamado "eco resort" ou "eco hotel" é outra coisa, mais para a frente, e já se fala nisso há uma série de anos. Quando ouvi falar do "eco resort" e vi a



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira-Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

maquete, fiquei com dúvidas. Porque o que vi não tem nada a ver com o que me tinham descrito. Mas o problema é que vai abrir caminho para que esse empreendimento também possa obter licenciamento e avançar. Mas continua tudo em cima da falésia. Continuamos com construções a cinquenta ou sessenta metros do final da falésia, o que, na prática, é quase estar à beira dela — ainda por cima numa falésia que tem problemas de sustentabilidade. Por isso, disse isto na sessão de Câmara e continuo a dizer: há aqui um contrassenso. Foi feito um requerimento a pedir o projeto, o nome do promotor, quem está a promover e mais uma série de informações. Esperamos agora que a Câmara — que tem obrigação legal de responder no prazo de quinze dias — responda ao requerimento, que foi feito através da Assembleia Municipal. Porque senti que o Presidente da Câmara Municipal não conseguiu responder-me da forma que eu esperava, e acabou por se "embrulhar" um pouco nas respostas que me deu. Isso deixa-me sempre com dúvidas. -----

Quarteira parece querer continuar a construir-se muito próximo da praia, muito próximo das linhas de água. E eu tenho dúvidas — até sobre este hotel — se, daqui a uns anos, estará ou não livre do avanço do mar. Até pode estar mais longe da linha de água do que o que está a ser feito naquela outra praia. Estou a falar daquele hotel na Quinta do Romão. -----

A questão, muitas vezes, não é apenas de legalidade ou ilegalidade. O apoio de praia, nunca pus em causa que fosse ilegal. Mas acho que, por vezes, deve haver bom senso. Tivemos bom senso quando votámos favoravelmente a aplicação de medidas preventivas e a suspensão do PDM em relação ao tal empreendimento no parque de campismo. Aí, houve bom senso — era, de facto, uma loucura o que se queria fazer. Até porque — e é bom que se diga — a construção ali estava condicionada à criação de um novo parque de campismo, e o promotor não o queria fazer. Obrigado. -----



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretário</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel	
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins	<b>Vogal</b> Natália Duarte

**Senhor Tiago Grosso, membro do público:** Boa noite. Há de facto uma questão que me parece ser consensual: passa por perceber que aquela obra, como está, da forma como está, não faz muito sentido. Qualquer pessoa olha para ali e percebe que, numa altura em que vemos aquelas falésias a ceder, e obviamente com uma questão que nos ultrapassa em certa medida — que tem que ver com o aumento do nível do mar —, é algo que vai continuar nos próximos anos. Com mais ou menos tempestades, este ano agravado porque tivemos um ano com mais tempestades que obviamente tiveram impacto nas falésias, que são muito sensíveis, aquele novo restaurante ali em cima, a menos de cem metros, claramente numa maré cheia vai estar em risco nos próximos tempos. Portanto, e eu percebo que haja aqui uma questão institucional na tentativa da Câmara Municipal em respeitar aquilo que são as ordens, ou aquilo que está aprovado, por entidades a nível nacional ou regional. Obviamente, a Agência Portuguesa do Ambiente há muitos anos que não se percebe muito bem — porque é que é uma agência do ambiente, se permite tudo em termos ambientais, tudo e mais alguma coisa. Portanto, se estamos à espera de que a Agência Portuguesa do Ambiente proteja o ambiente, não vale a pena e podemos esperar sentados. -----

De qualquer forma, há aqui outra questão. Eu não sei até que ponto as pessoas que trabalham para a APA e para estas instituições e organismos não saem dos escritórios, dos gabinetes, ou então há ali qualquer coisa que está a falhar. -----

Também me parece que há uma certa falta de *know-how* por parte da Câmara Municipal, em ter pessoas num organismo ou departamento competentes para tratar destas questões, porque passou a ter competências nas praias. Aquela obra só faz sentido, da forma como está, se forem feitas aquelas intervenções que estão previstas em termos de gestão das praias, nomeadamente com a reestruturação dos molhes de Quarteira, com a alimentação artificial das praias até Vale do Lobo. -----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Tanto quanto sei, esse projeto está suspenso. E, estando suspenso, é preciso saber o que vai acontecer. Vai avançar? Não vai avançar? Porque, ao não avançar, obviamente aquela obra não faz qualquer sentido ali. E, se calhar, também não fará sentido estar mais atrás, porque eventualmente o promotor da obra não terá muito interesse num restaurante que não tenha vista para o mar, e é por isso que ele se encontra ali, naquela zona. Para que aquilo ali tenha viabilidade em termos futuros, vai ter de ser feita ali uma intervenção em frente àquela praia — eventualmente um enrocamento, qualquer coisa que proteja aquelas falésias — e estamos a falar da artificialização daquela zona. Parece-me que, se há ali algo que deva ser protegido no futuro, tem de ser contemplado. E no fundo acabamos por perder: é suposto manter a naturalidade das praias, mas o caminho que temos estado a seguir até hoje é completamente contrário. Estamos a assistir à artificialização em nome dos negócios, em nome das concessões de praia, dos restaurantes de praia, de tudo aquilo que é construído em cima das falésias. -----  
Portanto, vamos pagar — todos nós, contribuintes — para manter esses negócios que só dão lucro a algumas pessoas, e eventualmente alguma coisa, em termos de impostos, acaba por cair na esfera pública.-----  
Em relação ao parque de estacionamento, é importante saber — como o Presidente Telmo já explicou — que não vai ser feita impermeabilização. Parece-me completamente exagerado pensar em trezentos e cinquenta lugares. A questão que se coloca aqui é que o restaurante, obviamente, vai ser um pólo de atração e as pessoas, os clientes, vão querer ir para lá. Portanto, tem de estar acautelado o usufruto da praia e a acessibilidade à praia para as restantes pessoas. Obviamente, ao fazer um apoio de praia, ao fazer um restaurante, eventualmente terá de ser dada alguma alternativa em termos de acessibilidade que proteja o direito das pessoas. E aqui preocupa-me a questão relacionada com a gestão dos parques de estacionamento, que é feita através da Loulé Concelho Global. Ali em Vilamoura tivemos uma péssima experiência, que é o



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretário</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins
		<b>Vogal</b> Natália Duarte

parque de estacionamento para a praia da Falésia, que pertence ao concelho de Albufeira, mas cujo acesso é feito através do concelho de Loulé. Perdemos ali largas centenas de lugares de estacionamento, com um condicionamento do que é o direito público de acesso às praias — completamente subvertido — e com um enorme condicionamento, num claro desrespeito pelo interesse e pelo direito público.-----

Portanto, a ser feito um parque de estacionamento, importa saber em que condições será feito, quem o vai explorar, e depois logo se verá. Neste momento, algumas praias do concelho de Loulé cobram setenta cêntimos por cada quarto de hora. Quer dizer, isto é o preço de julho e agosto para o acesso à praia da Falésia. Setenta cêntimos por cada quarto de hora equivale a dois euros e oitenta por hora. Isto é um absurdo, é condicionar o direito de acesso público às praias e parece-me gravíssimo. Obrigado. -----

**Senhor Nelson Rodrigues, membro do público** - Boa noite. Esta questão não vem de ontem nem de anteontem. Não sei se vocês se lembram do nosso amigo José Sócrates, que esteve metido nesse problema. E mais: foi-lhe atribuído um pedaço de terreno no Almargem, ao nosso bom amigo José Sócrates. Todavia, nos tribunais anda-se com este problema do Vale do Lobo, que ainda está a ser julgado. Isso ainda não foi resolvido. -- Com respeito à associação, não os conheço nem nada parecido. Vocês têm de fazer muita pressão — mas muita pressão mesmo. Aqui, o Dr. Vitor Aleixo não vos vai salvar. O Dr. Vitor Aleixo é o lobo a cuidar da ovelha — nada mais do que isso. Está claro que aqui não podemos cair em demagogias contínuas, nem em ilusões. Através do Dr. Vitor Aleixo não vão lucrar nada. -----

O senhor acaba de dizer que aquilo tem sido considerado reserva, por ordem prévia ao mandato do Presidente Vitor Aleixo. O que eu vos recomendo é fazerem uma resistência passiva. Tomem lá um sítio, façam resistência, coloquem cartas em todos os locais — seja em frente à Câmara Municipal de Loulé, em todas as partes —, chamem a imprensa, chamem os responsáveis. Eu recomendo chamar a imprensa, fazer um comunicado bem



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

feito, apresentar à APA, insistir com eles, procurar alguma pessoa que esteja ligada a partidos ecologistas e fazer pressão com eles, porque de resto não conseguirão nada. - Coloquem uma providência cautelar, façam os trâmites legais, contratem um advogado, se puderem. Façam uma providência cautelar. Têm de fazer muito barulho. Se for preciso, peguem em panelas, vão para lá, façam barulho em frente à Câmara Municipal de Loulé. Façam isso! Notificar a imprensa é importante — bastante importante — seja ela local ou nacional. -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Tratando-se de uma reunião com o executivo, considero que se pretende falar diretamente com o público presente, que agende uma reunião diretamente com os próprios. -----

**Senhor Nelson Rodrigues, membro do público:** Em síntese: muita pressão a todos os níveis e resistência passiva. Muito obrigado. -----

**Senhor Rogério Ferreira, membro do público -** Se se vão abater vinte e três pinheiros, como é que se vai plantar cento e trinta e três sobreiros em ambiente de Pinhal? -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Eu não percebo muito dessa matéria, mas estamos a falar de arvores nativas que é objetivo. Penso que quem fez o projeto fez com uma arvores nativa que é aqui do nosso ambiente. Mas é uma pergunta que podemos fazer.-----

**Senhor Tiago Grosso, membro do público -** Durante estes anos todos, e relativamente à erosão e à falta de areia nas praias, a areia acumula-se na praia da Falésia por um motivo muito simples: as correntes e a ondulação que temos predominantemente na costa sul do Algarve são de sudoeste. Portanto, aquele pontão — não só agora com o aumento, mas também anteriormente — já promovia a fixação da areia naquela zona. E esse aumento vai, previsivelmente, contribuir ainda mais para essa retenção. Não só as correntes empurram a areia e esta fica ali retida, como o aumento da cota —



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

eventualmente da altura do próprio molhe — também a trava. O próprio vento sudoeste empurra a areia. Tudo isto é extremamente complexo. -----

De qualquer forma, nunca até hoje se equacionou chamar a empresa detentora da Marina de Vilamoura à responsabilidade. E a responsabilidade é muito simples: criar ali uma infraestrutura. Em outros locais, como no Mondego, foi feito um *bypass*, que é um dispositivo que faz a transferência das areias — no caso, de poente para nascente — porque isso permite que as correntes façam o seu trabalho. E isso é essencial. Até hoje, a Marina de Vilamoura, eventualmente, paga um IMI ou qualquer outra taxa. A Câmara Municipal já chamou os donos da Marina e disse: “Olhe, temos aqui esta questão. Vocês são responsáveis por isto. Têm uma obra que é responsável por esta situação. Estão disponíveis para encontrar uma solução para este problema que vocês criaram?”. Isto é o mínimo.-----

Outra coisa: em relação à estruturação dos molhes, há soluções que podem ser equacionadas, como a criação de recifes artificiais multifuncionais, que são o que melhor defende realmente a costa. A erosão acontece na medida em que existe ondulação que levanta a areia e a transporta. Ao protegermos as estruturas e ao impedirmos que as grandes tempestades — especialmente em maré cheia — intensifiquem o processo de erosão, conseguimos que as ondas quebrem longe da praia. Dessa forma, quando chegam à linha de costa, já têm pouca força e comprometem muito menos a questão da erosão.-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Vocês deram as vossas opiniões. Por muita proximidade que este apoio de praia tenha — e se vocês olharem para aqueles que vão desde o “Júlias” para a frente, estão dentro de água, em cotas mais baixas.-----

As areias são formadas de duas maneiras: ou pelo desgaste das arribas ou pelo desgaste das rochas dos rios, e que nós, seres humanos, vamos sempre mexendo. Como é que se



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

em março e não vão conseguir. O que vai acontecer é que, como tivemos alguns suestes — que não tivemos noutros anos — e que repuseram alguma areia, poderemos fazer praia, mas não com a mesma qualidade que tínhamos antes da reposição. -----  
Vocês têm três mil assinaturas. É importante falarmos sobre isso, falar com os órgãos responsáveis. Todos têm direito à palavra. Eu ouço o que as pessoas sentem, porque é muito bom sentirmos a sociedade civil e tentarmos resolver esses problemas em conjunto e, assim, melhorar cada vez mais. -----

Foi como disse no início: cortar uma árvore com vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos não é a mesma coisa que cortar qualquer outra árvore. Por isso, podemos fazer melhor. De resto, o que aconselho é também marcar uma reunião com a Câmara Municipal de Loulé para manifestar estas preocupações. Só em conjunto, é que conseguem fazer melhor, porque acho que toda a gente tem alguma perceção do que se passa. -----

**Senhora Daniela Gama, membro do público:** E temos o seu apoio? -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Há uma coisa muito importante. Eu sinto essa tentação de melhorarmos cada vez mais e defendermos o ambiente com outra garra, com outras atitudes e outras ações. Há ações que, neste momento, estão em cima da mesa. Por exemplo, o Passeio das Dunas: o Presidente Vitor Aleixo viabilizou que fosse feito logo, e tiveram de tomar medidas por causa da subida média do nível do mar, que provocou a subida da construção — vale o que vale, mas acontece também noutros países. Eu não acredito que vá haver muito mais construção em frente ao mar. Está cada vez mais restrita e, tanto quanto sei, não há espaço, nem nada que indique que se vá fazer isso no futuro. E o Presidente Vitor Aleixo fez essa luta. Eu acho até injusto, às vezes — eu sei que é uma das lutas dele —, porque tomou algumas medidas, foi muito criticado, e conseguiu fazer essa frente. Há outras coisas que são mais difíceis de fazer. -----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

acumula areia na Falésia, sem nunca ter sido colocada ali? Precisamente por isso: ela vem das arribas e acumula-se. Foi uma coisa que o Sebastião Teixeira, que era o responsável pela APA, me disse quando eu cheguei cá. Havia três estudos universitários para o país: esta zona de Quarteira até Vale do Lobo, a Costa da Caparica e Vagos, em Aveiro. Por causa da erosão costeira. E foi nessa altura que comecei a ouvir algumas coisas sobre isto. Quando se fala em dez anos para repor areia — que é a única forma de mantermos a praia —, se decidirmos amanhã que não queremos mais areia, as praias desaparecem. Isto acontece por influência humana. Não é o Presidente da Junta nem da Câmara, mas sim a influência humana, que é aquilo de que o Sr. Tiago e o Sr. Rogério falavam há pouco. Se não se colocar areia, ela desaparece. Ainda por cima se houver conjugação das marés vivas, com as fases da lua e tudo o mais, isso é explicado até por pescadores, o resultado é catastrófico. Na Costa da Caparica, houve um ano em que colocaram areia e ela durou dois ou três anos; depois, foi toda levada. O que prova que a natureza é muito mais forte do que nós. A areia das falésias não é suficiente. ----- Para evitar a erosão naquela zona, sejam barreiras horizontais, sejam diagonais, qualquer barreira que crie um fluxo vai sempre provocar erosão à frente. A corrente leva a areia na mesma. ----- Para perceber como isto funciona — e estas coisas são muito difíceis de controlar —, temos de ter atenção, porque há uma economia ligada à praia. Temos de pensar se queremos abdicar dela ou não, e eu acho que isso já não é viável. ----- O que aconteceu este ano foi uma exigência central — creio que da APA — para que houvesse um estudo de impacto ambiental para a recolocação de areias, agora, uma coisa decidida em cima da hora não faz sentido nenhum e atrasou o processo, que era para ter início em março. Não se conseguem repor areias nessa altura porque são necessários barcos, condutas, estruturas grandes, durante o Inverno, com os mares como temos tido, com tempestades e tudo o mais, é muito difícil. Eles queriam começar



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Existem direitos de algumas pessoas, que tentaram seguir o que a lei lhes dizia. E como é que vamos dizer a essas pessoas? Nós queremos sempre mais, e fazemos bem, mas há regras — e elas foram cumpridas. -----

**Senhora Daniela Gama, membro do público** - Temos comentários do senhor Rui Barros a dizer claramente, e posso mostrar, que o que ele mais odeia são os pobres e que por ele os pobres não existiam. Como é que este individuo destes, é mais ouvido e mais considerado e lhe é permitido abater as arvores todas que foram abatidas do que três mil pessoas. Peço desculpa mas é verdade. Esta pessoa está ali a pôr veneno, já chegou até pessoalmente a fazer ameaças a pessoas que vivem na zona e temos provas disso. Esta pessoa está a ameaçar. Nós precisamos saber quantas mais árvores vão ser cortadas e quantas já foram cortadas e o que é que se está a passar? -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Vocês viram o que a Câmara fez num comunicado, aqui o que nós desejamos é cada vez mais e melhor. Não houve infrações, é importante referir. Eu não respondo por comentários de outras pessoas, respondo pelos meus. Quero dizer é que, quem lá está, também tentou cumprir com aquilo que eram as regras. Temos a APA, temos a CCDR, temos a Câmara Municipal, temos uma quantidade de entidades às leis e aos regulamentos que também que existem hoje. -----

Temos de criar um equilíbrio. Não acredito que existam bandidos aqui, acho é que queremos cada vez mais e melhor, e acho bem que assim seja, e reforço que deve ser feito em equilíbrio. Mudarmos o que tivermos de mudar. É por isso que estamos na reserva natural local a tentar ter regulamentos que vão mais ao encontro cada vez mais no benefício para as pessoas na sua totalidade. -----

**Senhora Daniela Gama, membro do público:** A reserva natural necessita que seja feito, urgentemente, um estudo científico como deve ser. Imediatamente. Porque isto que está a acontecer não é possível. -----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Eu estou sempre do lado do ambiente. Muitas das pessoas que estão aqui a lutar pela reserva natural e pelo interesse daquela área não estiveram noutros momentos em que eu dei a cara. Dou-lhe um exemplo: quando passámos para dois por cento e fomos criticados pela oposição na Assembleia Municipal, eu disse que bastava de construção. -----  
Neste processo todo, e desde que estou aqui, já houve momentos de interesse, e a reserva foi feita com esse interesse. Não considerem o Presidente Vitor Aleixo, no que toca ao ambiente, um lobo. Considero que, se não fosse ele, a maior parte das coisas não teria acontecido. O Presidente da Câmara não é dono nem tem o poder total de fazer as coisas. Pode lutar e estar ao lado para melhorar as coisas, mas não pode simplesmente dizer que não faz. Isso não existe na lei. Não se pode dizer: “Não construo!”. Temos de ver o panorama como um todo. -----  
No Algarve existem os POC (Programas da Orla Costeira), e por muito que queiramos mudar o futuro, isso existe e está contemplado na lei. Se analisarmos desde o Garrão até Faro, há inúmeras outras situações. Todos nós podemos melhorar para o futuro, e temos lutado em diversas situações que foram alteradas e que representam conquistas — embora nem sempre se consiga.-----  
Aquilo que está ali são direitos adquiridos, como o loteamento na Quinta do Romão, onde conseguimos inviabilizar algumas situações, cotas de sobreiros, entre outros exemplos. -----  
Foi-me facultada a informação de um estudo de dois mil e catorze que fala do aumento do nível médio do mar, com estimativas para cinquenta a cem anos sobre o que poderá acontecer. Foi com base nessas estimativas — feitas pela Universidade e também encomendadas pelo Presidente Vitor Aleixo — que se pretendeu alertar as pessoas para o que poderá vir a acontecer no futuro, se não mudarmos a nossa atitude.-----



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Aconselho, mais uma vez, a agendar uma reunião com a Câmara Municipal, até com o próprio Presidente, que também está disponível para isso, e falar sobre todos os assuntos.-----

**Senhor Fábio Tinoco, membro do público** - Boa noite a todos os presentes. Queria fazer só duas ou três perguntas muito breves: Quem é a entidade que fiscaliza a fiscalização da Câmara? É uma entidade autónoma? A Junta de Freguesia pode meter providências cautelares contra a Camara Municipal também. Não só eu, a nível pessoal porque o Presidente Telmo Pinto no início desta sessão disse que estava a favor da petição.-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Estou a favor do ambiente.-----

**Senhor Fábio Tinoco, membro do público** - Então se está favor do ambiente, vamos respeitar sim, o que respeita o ambiente e não o que vai contra o ambiente. Dentro do que está viabilizado e o que está ali é contra o ambiente, carros ali?! Não! Temos outros exemplos de outras praias no Algarve, na praia do Barril, vai-se de comboio.-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Nós já falamos desses assuntos no início, é só para não estarmos a repetir os assuntos e as mesmas perguntas.-----

**Senhor Fábio Tinoco, membro do público** - Mas eu ainda não coloquei as perguntas. A outra pergunta é: O que é que a Junta pode fazer em relação às ruas de Quarteira que estão completamente às escuras. Tentar saber de quem é a responsabilidade, neste caso será a EDP, existem ruas ali perto da BP, a uma certa hora aquilo é uma escuridão imensa. Só dá para passar de carro, apesar de ter caminhos pedonais e existirem pessoas que não têm carros. Acho que a Junta se devia preocupar também, ver essas situações e reportar à entidade responsável para corrigir esses problemas. Dou por terminado a intervenção. -----



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretário</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel	
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins	<b>Vogal</b> Natália Duarte

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Nós temos uma quantidade de situações que não são da nossa competência, mas temos um gabinete quase de fiscalização — e digo "quase de fiscalização" porque não é uma área que possa ser delegada às Juntas de Freguesia. Ainda assim, temos esse gabinete, que observa carros estacionados que não são rebocados e permanecem eternamente nas ruas. Mencionamos esta situação constantemente à Câmara Municipal de Loulé, que é a entidade que o pode fazer. Relativamente à iluminação pública, é um problema constante com a E-Redes. O que peço às pessoas é que também façam esse reporte. E sou de uma geração em que, há dez anos, quando entrei aqui, a EDP era pública e respondia em dois, três dias. Neste momento, nem em dois, três meses responde — e isto é um problema grave, tanto no Algarve como no país. Porque isto tornou-se um negócio, e não uma resposta ou um serviço à população. Estamos constantemente a reclamar, tal como em relação a tudo o resto de que já falámos aqui.-----

Existe uma entidade que fiscaliza a obra, que a licencia, e que tem a responsabilidade de garantir que tudo está conforme. Se houver alguma ilegalidade por parte da Câmara Municipal de Loulé, há o Tribunal de Contas e uma quantidade de outras entidades que podem intervir nesses processos. Se houver alguma queixa ou suspeita de irregularidade, podem atuar. Mas, naturalmente, não andam a fiscalizar todas as obras licenciadas pela Câmara. Podem fazê-lo de forma aleatória. -----

**Senhor Carlos Barracha, membro do público –** Boa noite. O que eu não percebo é que vocês, naquela área, não podem fazer nada porque aparentemente está tudo legal, mas um pouco antes, fazendo fronteira com essa área, estão ali indivíduos com barracas de campismo há vários meses, ou até anos. Quando começaram o corte das árvores, eles foram para lá. A experiência que eu tenho — porque moro ali há vários anos — é a seguinte: começa um, depois vêm dois, três, quatro, cinco, seis. E agora já estão ali três barracas que estão fora desse ciclo, e como já foi dito que vocês não podem fazer nada,



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

ninguém intervém. Realmente, aquilo é uma reserva natural, e estão ali campistas. Hoje com X, amanhã com Y, e mais tarde provavelmente não os podemos retirar porque “têm ali um bebé”. É isso que eu não percebo: estão numa reserva natural e vão acampar ali. Outra questão que gostaria de referir é algo que acho interessante. Vivi numa cidade na Alemanha chamada Stuttgart, e essa cidade tem uma característica particularmente fantástica. Entramos na periferia da cidade por uma faixa verde com cerca de trezentos metros até ao centro. Não cruzamos com carros, passamos por túneis, passamos por uma zona totalmente verde.-----

Não sei se vocês já viram aquela zona ali. Eu, por acaso, adoro andar de bicicleta e, geralmente, íamos a pé. Agora já não podemos, temos de seguir pelos caminhos laterais porque o caminho principal está vedado. No verão, estamos a promover a utilização das ciclovias, o que é ótimo porque é saudável. Mas alguém já experimentou andar naqueles caminhos laterais a pé, no verão? Entra ali um carro, levanta poeira... Eu, que moro a duzentos metros da praia, já não tenho hipótese de ir a pé. Tenho de pegar no carro porque de bicicleta não posso, e pela floresta também não — é uma situação terrível. Onde estão as ciclovias? -----

Relativamente à situação de apanhar lixo: foram poucos portugueses e alguns estrangeiros. Fiquei um pouco dececionado. Eu e a minha esposa já apanhámos naquela floresta toneladas de lixo — bicicletas, pneus de carros, frigoríficos, entre outros. Passeio diariamente a minha cadela até à praia e levamos sempre sacos de lixo. Obrigado.-----

**Senhora Elsa Lopes, membro do público:** Boa noite. Eu ia precisamente falar desse assunto. Eu, o ano passado ou há dois anos mandei um mail a Câmara Municipal de Loulé a queixar-me precisamente por essa estrada estar com uma espécie de brita e pó e a minha casa fica nessa linha mesmo junto à estrada e todos os verões apanhamos banhos daquele pó. E eu mandei esse email para a Câmara Municipal e o que me



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Abrador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

responderam é que está em estudo outro pavimento para que não deitasse aquele pó. Mas pelo que o Presidente falava no início da reunião é que vão arranjar novamente essa estrada. É que nós, os moradores junto àquela estrada ficamos cheios de pó. -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** O problema é que as entidades não permitem que pavimentemos a estrada. Já propus grelhas de enrelvamento, que têm uma percentagem elevada de permeabilidade, mas eles não querem autorizar. Por isso também não se constroem as ciclovias. Nomeadamente a CCDR não quer que se impermeabilize o solo. Quando cheguei, há onze anos, sugeri o enrelvamento, mas não é permitido. Por isso, não conseguimos resolver a questão das ciclovias, a não ser que seja também em pó. É por esse motivo que se falou dos estacionamento serem em terreno permeável. -----

A outra questão remete para um problema social. Quarteira tem mais de cem sem-abrigo, e isto é uma gestão complicada. Existem sem-abrigo por todo o lado, mas temos de os gerir de forma diferente. Fizemos uma proposta à vereadora da Câmara Municipal para a Ação Social no sentido de se encontrarem zonas para pernoitar. Depois, poderíamos exigir que — e porque é muito complicado — este processo fosse gerido. Ele não se resolve completamente. Estima-se que, depois de sete anos na rua, ninguém os tira de lá. Temos de saber gerir, porque é um problema social, como noutros locais. Já apanhei situações, nestes onze anos e meio, de pessoas que pagaram a sem-abrigo para virem para Quarteira. Nós temos aqui um clima fabuloso, completamente distinto do norte do país. Temos o Centro Paroquial, que não deixa ninguém passar fome. Isto é o que torna esta zona apetecível para os sem-abrigo. Porque qualquer sem-abrigo, e passo a expressão, “dá trabalho”. É uma dor de cabeça para muitas sociedades, e por isso não os querem por perto. O que acontece aqui é que temos bom tempo, não passam fome, e isso faz com que, para podermos fazer exigências, seja importante criarmos condições e dizermos: “Olhem, vocês têm aqui uma zona para pernoitar e um



<b>Presidente</b> Telmo Machado Pinto	<b>Secretário</b> Eduardo Amador	<b>Tesoureira</b> Marta Teixeira Pimentel	
<b>Vogal</b> Paulo Alferes	<b>Vogal</b> Jorge Ilhéu Bica	<b>Vogal</b> Cláudia Martins	<b>Vogal</b> Natália Duarte

espaço para higienização e para tomarem banho”. E, a partir daqui tudo o que estiver fora deste contexto será controlado. E eles não gostam de ser controlados — e isso é uma grande dor de cabeça. -----

Durante este ano, o Nascimento e o Alfredo foram dois sem-abrigo com quem tive proximidade; falava muito com eles. O Nascimento estava na rodoviária — ele não saía do colchão para fazer nada! Fazia as fezes e tudo no colchão. O senhor António Cova tinha de o pôr em água morna para ver se conseguia descalçar-lhe as meias. Criava vermes. Isto é uma gestão muito complicada dos sem-abrigo. É uma situação que tem de ser tratada, está referenciada e estamos constantemente a ligar para a Câmara Municipal para perceber como e o que podemos fazer. Penso que, se um dia conseguirmos criar esse espaço, seria melhor — para controlar e exigir.-----

Qualquer coisa que eu possa ajudar, digam-me.-----

**Senhor Nelson Rodrigues, membro do público:** Senhor Presidente, vou mudar o tema da ecologia. Faz um mês, em que assumiu o Sr. Eduardo Amador a sua substituição, e a temática que eu venho abordar aqui diz respeito às obras da Praça do Mar.-----

O Sr. Eduardo já apresentou algumas justificações em relação à longevidade que essas obras estão a ter. Alegou que se deve às canalizações, mas com o tempo que decorreu, já devem ter chegado a Lisboa ou ao Porto. -----

Não sei se se trata de motivos económicos ou políticos, mas, mais dia menos dia, a verdade virá ao de cima. Há uma questão importante: todas as obras devem apresentar um cartaz onde conste o custo da obra, que é exigido por lei. Deve também indicar qual a empresa que está a realizar a obra, a data de início e a data prevista de conclusão. Existem artigos na lei que tornam isso obrigatório e inviolável. No entanto, aqui em Quarteira, isso não está a ser cumprido. Quando é que vão colocar esse cartaz? Já passaram trinta dias e ninguém tomou qualquer iniciativa, e não sei se o vão fazer agora.



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretária**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

Disseram por aí que o custo da obra rondaria os seiscentos mil euros. Para mim, em Portugal, o betão é mais caro do que o ouro. A ponte que fizeram com cinquenta metros de largura ali em Faro custou não sei quantos milhões, e aqui as obras seguem o mesmo caminho. Agora, se a obra ficasse muito bem feita e durasse cinquenta anos, tudo bem. O problema é que fazem a obra e, um ano depois, já têm de fazer reparações. Tenho a certeza de que, daqui a dois anos, a obra estará em mau estado.-----

Outra questão: não sei se sabiam, mas Quarteira tem uma agência da AIMA. -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Está aqui, no Centro Autárquico de Quarteira. -----

**Senhor Nelson Ferreira, membro do público:** Não, não, deve haver outra agência. Acho muito estranho que ali em frente dos chineses na rua Vasco da Gama, está uma tenda asiática, em frente estão ali sentados vinte e trinta rapazes estrangeiros. Não sou xenófobo. Não sei o que a agência faz com tantos indivíduos ali em frente e ninguém vê, ninguém sabe nada. -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto:** Vou responder. Vou ignorar aquela parte em que me acusa de ser corrupto, de não perceber de obras, de que o betão é mais caro do que o ouro. A insinuação é de que nós não sabemos o valor das coisas. Em primeiro lugar, quero dizer que, sim, a placa esteve lá. Aquilo é uma obra dinâmica. Inicialmente, estava lá a indicação do início da obra, mas depois mudaram todos os painéis, porque tivemos de realizar o Carnaval e tentámos que a obra não influenciasse de forma tão negativa os comerciantes daquela zona. Por isso, ela tornou-se dinâmica, permitindo que as pessoas possam circular por dentro da área em intervenção. A obra está dentro dos prazos possíveis. Substituímos uma quantidade significativa de ramais de ligação que estavam obsoletos, incluindo algumas zonas de esgotos, por solicitação da Câmara Municipal, o que fez aumentar a dimensão da obra. Este inverno foi mais rigoroso do que o habitual e, em termos de pavimentações, é



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amador

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

impossível trabalhar quando chove — e choveu bastante. Como tal, os trabalhos têm demorado mais. Sem querer que isto pareça uma desculpa, temos de admitir que, no Algarve, as empresas de construção civil são muito poucas, o que também condiciona a execução. -----

Sobre a AIMA: a única agência da AIMA existente nesta freguesia está situada dentro desta Junta de Freguesia, porque aceitámos acolhê-la com o objectivo de agilizar muitos mais processos. Aquilo a que se refere é na Rua Vasco da Gama, em frente a um supermercado que pertence a um cidadão estrangeiro. Há algo que eu não posso fazer — impedir que as pessoas estejam na rua. E nem faria sentido, porque eles sentem-se confortáveis ali, conhecem-se entre si, são estrangeiros oriundos dos mesmos países, e não posso ter esse tipo de abordagem. -----

Vou dizer-lhe uma coisa, Senhor Nelson, pense sempre que não vivemos numa sociedade em que as pessoas à nossa volta não sabem das coisas. Por acaso, está a falar da minha área — que é a Engenharia Civil. Quando fala, não o faça com essa arrogância, porque todos nós sabemos mais do que os outros em alguma coisa na vida. E aprendemos com toda a gente. Eu tenho esse princípio na minha vida. Normalmente, coloco um ponto de interrogação e questiono o porquê. Não tenho essa abordagem com as pessoas. -----

Obrigado pela participação e até à próxima.-----

Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada pelas 22:35 horas a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os elementos presentes. -----

**O Presidente da Junta:**

Telmo Manuel Machado Pinto, \_\_\_\_\_

**O Secretário:**

Eduardo Manuel Graça Amador, \_\_\_\_\_



**Presidente**  
Telmo Machado Pinto

**Secretário**  
Eduardo Amorim

**Tesoureira**  
Marta Teixeira Pimentel

**Vogal**  
Paulo Alferes

**Vogal**  
Jorge Ilhéu Bica

**Vogal**  
Cláudia Martins

**Vogal**  
Natália Duarte

**A Tesoureira:**

Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel,

*Marta Teixeira Pimentel*

**Os Vogais:**

Paulo Alexandre Francisco Alferes,

*[Signature]*

Jorge Ilhéu Bica,

Cláudia Gonçalves Martins,

*Cláudia Gonçalves Martins*

Natália Marina Cova Duarte,

*Natália Duarte*